



**ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS  
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**31ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção  
Ambiental do Banhado Grande**

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Auditório do Sindicato Rural de Viamão, localizado na Rua Luiz Rossetti nº 331 – Centro de Viamão/RS, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande para a trigésima primeira Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Mello Machado.

Estavam presentes as seguintes entidades através de seus representantes:

- **Assoc. de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé** – Osmar Moisés de Moura (suplente)
- **Assoc. Moradores do Banhado Gravataí** – Juarez A. Gomes (titular)
- **ACIVI** – Rafael Goelzer (titular)
- **APN VG** – Tânia Peixoto (titular) e Sandra Cardoso (suplente)
- **Comitê Gravataí** – Manoel Adam (titular)
- **DUC/SEMA** – Denise Machado (titular) Ana Paula Ribeiro (agente-adm.)
- **EMATER** – Paulo da Silva Viegas (titular)
- **FARSUL** – Ivo Lessa (titular)
- **FIERGS** – Marilene Conte (suplente)
- **FIERGS** – Tiago Pereira Neto (suplente)
- **FIERGS** – Rafael Ferreira (suplente)
- **FZB** – Ricardo Aranha (titular)
- **ICMBio** – Lisandro Signori (titular)
- **Legião da Boa Vontade** – Charles José Viana (titular)
- **Maricá** – Aurici Azevedo da Rosa (titular)
- **Pref. Municipal de Glorinha** – Carine Maciel Michel (suplente)
- **Pref. de Santo Antônio da Patrulha** - Állan Costa da Rosa (suplente)
- **Pref. Municipal de Viamão** – Sandra Berto (titular)

- **Pref. Municipal de Gravataí** – Paulo R. Muller (titular) e Thaís Martins (suplente)
- **Sindicato Rural de Viamão** – Pedro Silverio (titular)

Compareceram também os seguintes visitantes:

Luisa Lokschin **DUC/SEMA**, Gabriel Simioni Ritter **DBIO/SEMA**, Bruna Oliveira **DUC/SEMA**, Alexandre Ávila, Rogério C., Denis F. **Sind. Rural**, Martin Zang **Aafise**, Lauro Oliveira **SMMAIC**, José Tadeu Peixoto **APIA**, Tais Frizzo **PUCRS**, Valeska A. Marquette **FMMA**, Carlos Rodrigues e Gabriel Moraes **ENERFIN**.

A Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Machado, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros.

#### **Pauta 1. Aprovação da Ata de 06 de abril/2015**

**Denise Machado** – pergunta se todos receberam a ata e coloca em aprovação. Ata aprovada.

#### **Pauta 2. CT Licenciamento**

**Denise Machado** – Conseguimos finalizar a minuta da portaria para manifestação da APA BG nos licenciamentos dentro da APA BG. Informa aos conselheiros que enviou essa minuta por e-mail, mas vai dar uma repassada na reunião. Precisamos da autorização para licenciamento ambiental para os empreendimentos exceto as atividades de baixo impacto, baixo potencial poluidor, atividades de impacto local em área urbana conforme os planos diretores municipais e empreendimentos e atividades nos distritos industriais. Tínhamos uma demanda muito grande de licenciamentos de empreendimentos pequenos principalmente das prefeituras, os cabelereiros, academias e outros. As exceções foram colocadas em parágrafo único. E quando as atividades tiverem intervenção em APP no interior da APA BG devem passar por nós, mesmo as atividades relacionadas nas exceções acima. Todos os empreendimentos que não se enquadram naquelas exceções ou que tem EIA-RIMA dependem dessa autorização para licenciamento ambiental. E aqueles que tem EIA-RIMA como diz no próprio regimento interno do conselho, devem ter análise desse conselho. Denise esclareceu alguns questionamentos dos conselheiros. Explicou todas as informações que devem constar no preenchimento da autorização. Para os empreendimentos que estão enquadrados nas exceções, como já tivemos outro processo em relação a isto o jurídico da SEMA apontou que não tem como simplesmente dizermos que isso não vai passar por nós. Definimos um processo de ciência, será feito um relatório anual, será enviado no primeiro mês do ano, onde vai constar a lista, a tabela um documento mais simples com algumas informações gerais do

empreendimento. **Marilene Conte** – perguntou como isso será cobrado? **Denise Machado** – respondeu que os municípios e FEPAM, os órgãos licenciadores tem que enviar no primeiro mês do ano. **Tânia Peixoto** – perguntou se os municípios não enviarem? **Denise Machado** – não temos previsto porque isso é um documento de regulamentação não previmos nenhuma penalidade. Falou que os municípios todos estão ali presentes podem se manifestar e acrescentou que os mesmos fizeram parte da criação do processo. Falou que estamos abertos a sugestões e esse é o momento. **Tânia Peixoto** – sugeriu que a informação fosse enviada imediatamente, não esperar até o primeiro mês do ano seguinte. **Denise Machado** – diz que isso não alteraria o processo como é hoje. **Sandra Berto** – diz que fica muita papelada e não tem nem quem olhe e saiba o que fazer com isso. **Denise Machado** – falou que a nossa ideia é regulamentar aquelas coisas que entendemos que realmente não teriam problema, eles poderiam enviar relatório no final do ano. Se eles tiverem que mandar cada processo que venha, continuará o mesmo procedimento. Explicou que essa portaria se tornará nula quando o plano de manejo estiver elaborado, passando a valer as regras desse documento. **Ivo Lessa** – perguntou se essa portaria irá agora para publicação e Denise disse que sim, então foi sugerido que se coloquem em aprovação. A minuta de portaria apresentada ao conselho referente à manifestação da APABG em Licenciamentos ambientais foi aprovada sem alterações.

**Ivo Lessa** – pede licença e apresenta o presidente do Sindicato Rural de Viamão passando a palavra para o mesmo que dá as boas vindas aos conselheiros e informa que o local e este sindicato estarão sempre às ordens. Denise Machado e os conselheiros agradecem.

### **Pauta 3. CT Plano de Manejo**

**Aurici Azevedo** – faz um breve relato das duas últimas reuniões da câmara temática do plano de manejo. Ficou definido a participação social e como encaminhamento, de que forma a comunidade contribuiria com a elaboração do plano de manejo. Também estamos iniciando as oficinas do meio biótico (que são os seres vivos), as oficinas de saída a campo para que tenhamos as respostas daquelas perguntas norteadoras lá do começo que foram debatidas aqui. Nesta última reunião tivemos uma notícia não muito agradável. Estamos com dificuldade de liberação da verba para execução do plano de manejo. Não foi liberado nem a primeira nem a segunda parcela do convênio. Uma notícia triste. O Ricardo da FZB trouxe a informação que esta sendo encaminhado um ofício avisando da paralização do processo do plano de manejo que já está atrasado porque não recebeu nenhuma parcela. Estamos debatendo o que fazer diante dessa situação, toda luta desde o ano de dois mil e nove. Falou com a Denise sobre a ideia de fazer uma representação junto ao Ministério público, mas resolveram aguardar para saber o que o conselho vai decidir. Uma representação, uma denúncia o que, o conselho vai decidir para que nós consigamos liberar essa verba. Foi solicitado em março desse ano uma suplementação e não houve nem um retorno oficial. **Denise Machado** – falou

que foi solicitada a presença do diretor do departamento de Biodiversidade da SEMA, justamente para esclarecer algumas questões que surgiram. **Gabriel Ritter** - se apresenta aos conselheiros. Começou explicando que a questão financeira do Estado não é segredo nenhum para ninguém. A Denise ficou bem preocupada quando fizemos a reunião provocada pela ENERFIN sobre a linha de transmissão. E quando foi solicitado o recurso, foi informado a secretária que estava no caixa único, ela como fazendária foi bem enfática dizendo que não teria como sair de lá. Se entende como fazendário, que entre liberar a verba para um hospital ou para o plano de manejo o hospital recebe. Depois conversou com a Diretora administrativa Sra. Vera, semana passada falou com MP Promotor Daniel Martini, porque foi ali que saiu a ação civil pública que obrigou a elaboração do plano de manejo e ele cobrou a execução do plano de manejo deixando bem claro que vai ter que executar o acordo. Foram pedidas todas as informações que tinham em cima do plano de manejo, o que estava implicando para tentar fazer uma força lá na Fazenda. É um recurso oriundo de compensação sabemos que ele não pode ser utilizado em outra causa menos nobre que não unidades de conservação, mas não foi aplicado ali, foi para o caixa único. Não quis julgar quem teve essa atitude, mas estamos buscando resgatar esse recurso para esse investimento. Três milhões e duzentos é o recurso total que compreende também algumas outras aquisições como carros, cercamento de outras unidades. A informação que temos é que hoje ainda deve sair uma resposta do ofício que foi encaminhado para a Fazenda. Explicou que não é por falta de empenho da Secretaria, estamos empenhados em reconquistar esse dinheiro, mas também entendam que não é fácil a situação do Estado. Estamos - a todo momento - ligando, buscando uma resposta. Se o Conselho julgar necessário tomar uma atitude mais forte e mandar um ofício para secretária, isso nos ajuda. Ele pediu a compreensão dos conselheiros. Disse que sabe que foi uma luta para agora chegar aqui e não ter o recurso, e entende que é realmente complicado. **Ivo Lessa** – a verba veio de investimentos privados não precisa ir para o caixa único. A medida compensatória pode ser paga diretamente. Lembrou que quando foi a ampliação da REFAP em Canoas tiveram vários recursos que foram para Itapuã e foram direto, a Secretaria organizava a demanda e era pago direto. **Sandra Berto** – informou que nesse caso é diferente e que ela acompanhou o histórico dessa medida compensatória quando passou pela Secretaria. Ela informa que foi depositada toda a verba de medida compensatória numa conta específica do Estado para a aplicação em ações específicas. Não era só no Banhado Grande, mas em várias unidades de conservação cada um tinha suas ações previstas. E esse recurso era específico para uso nessas ações. O que aconteceu na gestão passada, não sabemos, mas na verdade o recurso acabou entrando no orçamento do Estado em função de que ele tinha que ser suplementar para poder ser gasto. Cada ano tem que ser pedida a suplementação na Fazenda desse recurso que é extra orçamentário tem que ser suplementado. Acha que nessa troca de governo pode ter havido esse lapso. **Lizandro Signori** – questiona quanto a legalidade do desvio desse recurso. Pergunta ao Gabriel Ritter se eles estão seguros que essa manobra foi

legal. **Gabriel Ritter** – responde que uma das metas do governo é colocar as verbas de rubrica de volta para elas e não foi só dali que saiu, houveram outros casos. **Aurici Azevedo** – falou que não podemos esquecer que a FZB tem que ir a campo. O meio biótico não fica esperando a temporada e nós temos um acordo que tem um prazo e nesse momento já está atrasado. **Ricardo Aranha** – falou que vai atrasar. **Aurici Azevedo** – o atraso do dinheiro implica em atrasar todo o trabalho porque se não for feito o trabalho de campo nessa estação ele só pode ser repetido no ano seguinte, na próxima estação. **Gabriel Ritter** – se conseguirmos trabalhar uma estação não vai ser o problema. O Ministério Público vai entender, o problema aqui é se chegarmos em fevereiro de dois mil e dezessete e não termos feito nenhuma. É óbvio que o plano vai atrasar. **Tânia Peixoto** – perguntou qual é a solução? Não podemos brincar ou relaxar porque o que está acontecendo aqui é muito sério. Nós estamos há muito nessa luta. A quantos anos nós enfrentamos, não é a primeira vez esse problema. Temos uma história de luta mesmo pela APA BG. Então não vamos chorar pelo leite derramado, porque a gente sabe dos problemas, a imprensa publica. Vamos definir o que realmente o conselho pode fazer de prático para essa situação, porque nós não vamos ficar parados. Cruzar os braços não podemos, tem que ter solução. Não adianta agora querer saber quem errou, quem colocou...nós sabemos que nenhum governo nunca se importou com a questão ambiental. Não é sério para os gestores eleitos, não estou falando dos técnicos não, estou falando dos eleitos. É triste dizer mas é verdade, eles não entendem de meio ambiente, porque não dá voto. Vamos tentar, qual é a solução? Esse conselho vai fazer um ofício? **Gabriel Ritter** – falou que temos dois caminhos primeiro é continuar tentando o recurso da REFAP com a ajuda do conselho que pode ser através de um ofício para secretaria explicando a real necessidade e o quanto pode atrasar a elaboração do plano sem esse recurso, para ter uma força a mais para brigar pelo recurso. E outra é o que ele vem fazendo e vai continuar é diariamente falar com a diretora administrativa e com o financeiro cobrando o recurso da REFAP. E se nada disso der certo nós vamos ter que começar o processo de captar recurso de outra medida compensatória um terceiro movimento. Os conselheiros discutem e resolvem formar uma comissão para redigir esse ofício e entregá-lo em audiência com a secretária. Informar o CONSEMA, a comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. **Sandra Berto** – ressaltou aos conselheiros que a atual secretaria adjunta da secretaria fez parte da construção do acordo Dra. Maria Patrícia. **Gabriel Ritter** – falou que ela está bem empenhada e inclusive anexando os fundamentos jurídicos para a Fazenda. **Denise Machado** – ficou como encaminhamento que a presidência do conselho deve elaborar um ofício sobre a liberação do recurso da REFAP para o Plano de Manejo da unidade de conservação baseado nos documentos já emitidos sobre o assunto no conselho e encaminha ao gabinete da Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Ministério Público, Além disso, fica definida uma comissão para tratar da questão em audiência com a Secretária. Essa comissão é composta pelas instituições

conselheiras: FARSUL, FIERGS, APNVG, PREFEITURA DE GRAVATAÍ,  
PREFEITURA DE VIAMÃO E GRUPO MARICÁ.

**Ricardo Aranha** – explicou o porquê da paralização do trabalho da FZB. Informou que não há condições de continuar os trabalhos, pois precisam fazer outras contratações, como o mapeamento, sobrevoo, o sócio econômico, que sem recurso não tem como viabilizar. Os conselheiros definiram o conteúdo do ofício. **Gabriel Ritter** – falou também que existe uma lei que garante que recurso de compensação ambiental só pode ser utilizada em unidades de conservação. **Martin Zang** – falou que a decisão política, administrativa e orçamentária já foi definida desde o ano passado. Sugere quanto ao teor do ofício seja direcionado muito mais do que uma denúncia, mas sim um documento chamando todas as forças políticas para a porta de quem realmente tem a chave do cofre, a Fazenda. Isso é um esforço político de articulação. Pergunta aos conselheiros se existe alguma outra alternativa. **Sandra Berto** – respondeu que só se houver um novo empreendimento diretamente ligado a APA BG e precise licenciamento através de EIA-RIMA aí podemos pedir compensação ambiental, mas não é isso o que queremos. **Martin Zang** – perguntou se essa é a última cartada. **Aurici Azevedo e Tânia Peixoto** – disseram que, se preciso for, o conselho irá ao governador, como já foi feito anteriormente. **Ivo Lessa** – falou que o regramento é com o Gabriel. **Denise Machado** – pergunta se quanto ao recurso é isso os conselheiros concordam e passam para a próxima pauta.

#### **Pauta 4. Linha de transmissão Enerfin/Elecnor;**

**Denise Machado** – explicou que houveram duas reuniões sobre o assunto com a secretária e que o representante do instituto curicaca estava presente nelas. Ele faria o relato na reunião do conselho, mas não pode estar presente. Ela informa que não pôde estar na última reunião com a empresa, mas que tinha sido repassada algumas informações por colegas que participaram desta reunião e que ela faria alguns esclarecimentos. Ela relata que a empresa em questão (Enerfin) estaria retirando o pedido de licenciamento daquela proposta de Linha que passava no interior da APA, passando a ligar-se à subestação de Capivari e que havia outro licenciamento por parte da ELETROSUL para ligar a subestação de Viamão. **Carlos Rodrigues** – se apresenta dizendo que trabalha para empresa Enerfin. Temos um complexo eólico e precisamos fazer um traçado da linha. Temos uma linha de Palmares até Viamão. Então solicitamos à FEPAM o processo de licenciamento em dois mil e quatorze. Tivemos um processo de licitação para a linha de transmissão e a ganhadora foi a Eletrosul. A Eletrosul tem que fazer cinco linhas de transmissão em todo o Estado. Todo esse pacote é Palmares, Capivari e Viamão. Então começamos a negociar com eles já que eles tem que fazer essas linhas e nós temos que fazer um parque de Capivari até Viamão, por que não fazemos juntos? Na última reunião passou as informações para a Eletrosul diante da secretária e

acharam mais interessante que ao invés de licenciar uma linha, já fazer o licenciamento das cinco linhas de uma vez. O que se decidiu na reunião foi que para continuar trabalhando seria feito um trabalho de unificação de linhas. Será feito um grupo de trabalho das execuções que a FEPAM vai definir de maneira consensual. Não podemos prejudicar o desenvolvimento do país. Explicou que eles tem um compromisso com o governo e eles tem prazos se não cumprirem os prazos sairão prejudicados. **Tiago Pereira** – o que foi colocado aqui é que existe um planejamento de linhas de transmissão que seriam construídas para principalmente transmitir essa energia gerada nos parques eólicos no litoral. **Carlos Rodrigues** – o melhor exemplo que nós temos é o do nordeste, o melhor ponto de vento do país acontece lá. Mas a rede elétrica mais completa que pode suportar escoar toda aquela energia esta a quinhentos quilômetros. Então achamos melhor fazer a instalação ao invés de uma aqui dentro, fazer de todas as cinco linhas. Nós promotores poderemos vender barato, e o preço da energia diminui para o governo. Quando tem uma quantidade grande de parques em um ponto podemos unificar uma rede. Faremos uma rede no litoral até Capivari. O que aconteceu é que não tínhamos infraestrutura e nos vimos obrigados ao invés de fazer uma linha de trinta quilômetros fazer uma linha de cem. O pacote de linhas que conseguiu vencer no litoral foi o da Eletrosul. O governo vai unificar. Capivari vai ser um núcleo de escoamento de energia eólica. **Lisandro Signori** – perguntou se a Eletrosul então vai implementar cinco linhas e quantas dessas vão cruzar por dentro da APA do Banhado Grande. **Carlos Rodrigues** – respondeu que são quatro linhas e as quatro cruzarão a APA BG. **Denise Machado** – falou que não foi isso o que chegou para nós. Para nós somente uma irá passar pela APA BG. **Carlos Rodrigues** – falou que eles estão negociando com a Eletrosul. A Eletrosul esta encaminhando o pedido para a FEPAM. **Tânia Peixoto** – perguntou se o traçado é aquele que foi mostrado pela Eletrosul. **Paulo Muller** – perguntou se existe uma rede que esta apontada no mapa. **Denise Machado** - respondeu que sim e que esta é aquela que ano passado ou retrasado passou pelo conselho, fica abaixo da RS 040. **Paulo Muller** – perguntou quantos kw suporta essa rede e se a Eletrosul quisesse fazer toda a transmissão dela por ali. **Carlos Rodrigues** – respondeu que não poderia pelas características técnicas. O governo quer fazer pela Free way e a Eletrosul esta autorizada a fazer pela free way. **Paulo Muller** – falou que nós temos duas áreas bastante impactadas a primeira é onde existe essa rede e a segunda seria perto da estrada free way. Perguntou se existe a possibilidade de estudos para sair nesses traçados. **Carlos Rodrigues** – falou que eles tinham a ideia de um corredor e transmitiram para a Eletrosul, agora eles tem que ver com o grupo de trabalho. Tem que ser conhecido oficial. **Denise Machado** – mostrou no mapa o traçado, a reserva ecológica do Gravataí o limite da APA BG, e a linha vermelha é o que eles propuseram. Explicou que o que foi colocado para a empresa é aquilo que tinha sido deliberado na reunião anterior de que esse traçado não faria passagem pelas áreas de banhado. Temos outros empreendimentos de linha de transmissão acima da free way. **Tiago Pereira** – lembrou da reunião passada sobre uma preocupação que existiu do representante do Curicaca

dizendo que ela pegava uma a área plena de banhados, que era uma linha de transmissão que impactaria enormemente a APA BG, mas pelo mapa que ele viu, ali não conseguiu identificar esse impacto tão significativo. Achou que ele esta com uma distância relativa da área de refúgio. **Paulo Muller** – explicou no mapa tudo que o Tiago estava vendo ali era banhado só que é banhado que foi drenado e que hoje esta se recuperando. Inclusive estamos tentando melhorar essa questão da Reserva Ecológica de Gravataí. Ela passa literalmente por dentro do banhado não é no sentido transversal e sim longitudinal. Tudo ali esta cheio d'água é a Lagoa da Nastácia. Falou sobre uma foto da Zero Hora que aparecia um Tuiuiu e mostrou no mapa onde ele estava na APA. **Tânia Peixoto** – disse que isso só vem a confirmar o que ela falou naquela reunião em Gravataí. As empresas não dão a mínima para o meio ambiente. Os técnicos sentam abrem o mapa, passam a régua e deu. Não conversam com o outro setor, não há um diálogo. Como é que o setor não trabalha essas questões? Depois tem que sanar os problemas, recuperar, pagar multa. **Paulo Muller** – pergunta para Carlos como é que uma pessoa da tua sabedoria não entende que esta passando dentro de uma área dessas de fundamental importância para a vida. Falou que estava dando essa palestra com toda ignorância, mas conhece bem essa área. Ele fala para os alunos que espera que amanhã eles sejam um médico, dentista, urologista, mas que vocês saibam também que o meio ambiente é muito importante para que tu não tenha essa doenças e males todos. Porque só a natureza com a força que ela tem é que pode livrá-los desses males. **Carlos Rodrigues** – falou que esse traçado não foi escolhido pela empresa e sim foi definido pelo governo/FEPAM. Falou também que não era especialista ambiental e sim físico. **Tiago Pereira** – independente do traçado linhas de transmissão precisarão transpor a APA BG em função de acesso dessa energia ao consumidor. Achou importante para o conselho entender que independente de linha ou não ali, outros projetos vão precisar passar aqui pela APA e é importante ser discutido. **Denise Machado** – esclareceu que não estava colocando isso em pauta para o conselho decidir o traçado ou não. O que lhe foi colocado na reunião é que esse traçado não seria. Colocou que este traçado não será deliberado aqui hoje, até porque não trouxe subsídios para o conselho definir isso. **Tiago Pereira** – disse que não falou em deliberar e repetiu que independente dessa linha, desse traçado existem vários projetos para transmissão de energia por dentro da APA. E acha que isso é uma preocupação para o conselho, o fato é que vamos precisar nos debruçar nessa questão. Temos um parque eólico gerando energia renovável dentro daquela questão de diversificação de matriz energética para o Estado, que a forma de acesso precisará atravessar a APA BG para chegar. Esse é o ponto de discussão, estamos com um cenário energético extremamente complicado. Foi criado um grupo de trabalho onde vai gerar nova discussão e vai chegar aqui no conselho. **Denise Machado** – falou que este traçado não estava sendo definido naquele momento até porque ele já foi avaliado inviável ambientalmente, já colocamos várias alternativas, já estamos conversando com a empresa a bastante tempo, apesar das inúmeras ligações semanais de diversas instituições inclusive secretarias do Estado pedindo a liberação desse

processo. Isso é uma questão política também, não é só uma questão técnica e se fosse só técnica já temos o nosso posicionamento. Esse traçado da Eletrosul é um processo que tem estudo de impacto ambiental, são diversas linhas que vão estar passando pelo Estado, não só nessa região. A Enerfrin nunca nos enviou uma alternativa que não passe por essa região, apesar de termos solicitado diversas vezes. E esse processo da Eletrosul vai chegar para esse conselho para manifestação, com dados com um posicionamento sério. E vamos ver se conseguimos dar um parecer realmente sólido. Vamos trabalhar daqui para frente com o expediente da Eletrosul que é o que vai chegar oficialmente para nós e é o que vamos trabalhar na câmara temática nesse grupo de trabalho. **Gabriel Ritter** – tem cinco projetos de linhas de transmissão, são cinco empreendimentos chaves hoje para o Estado RS no setor energético. Para evitar novamente esse problema de chegar nos últimos minutos do segundo tempo e ficar como sempre para poucas pessoas, inverteu-se o processo. Tem um grupo de trabalho que vai trabalhar especificamente para cinco EIAs-RIMAS vão ser analisados concomitantemente, serão feitas todas as audiências públicas necessárias. Isso é uma força entre SEMA, FEPAM, FZB que desde o termo de referência já estão sendo ouvidas tanto as demandas da DUC, FEPAM, DLF, FZB. Estamos tentando construir isso tudo desde o início de uma maneira mais aceitável. Temos que entender que serão cinco linhas, quatro atravessarão o litoral, como disse o Tiago: é claro que isso vai causar impacto. Mas o importante é discutirmos qual a melhor alternativa, pedimos a colaboração de todo o conselho para trabalharmos de forma construtiva. **Tânia Peixoto** – em primeiro lugar concordou com o Tiago sobre a questão energia. Nós como ambientalistas somos os primeiros, muito antes de ser instalada a primeira estação de geração de energia lá no governo Colares quando começou essa discussão na prática em mil novecentos e noventa, a APNVG estava lá defendendo a geração de energia eólica em razão de ser uma energia limpa. Também entendemos e por isso estamos aqui, da fragilidade dessa área da APA. E das pressões que essa área sofre por todos os lados. Queremos dizer de novo, não é nada pessoal é que é preciso pensar em alternativas. A primeira alternativa vem cortando o coração do banhado, vamos pensar em alternativas viáveis que causem menos dor a vida porque é da vida que estamos falando. Como a Denise colocou muito bem é a vida que esta ali é o coração, é o útero do banhado. Sabemos que vocês físicos, químicos acham que a soluções podem ser outras, mas não. O gênero humano vai ter que terminar para o planeta sobreviver. Qual é a primeira alternativa apresentada é a mais barata, é a que vai dar lucro ali adiante esta na cara. Temos que pensar que a alternativa tem que ser a mais respeitosa para o meio ambiente e é isso que temos que discutir, porque é para isso que existe o conselho. Acredita que alertamos os gansos na reunião passada e vamos continuar alertando. Já estamos acionando o comitê que tem bastante força política também. Do banhado é que sai água para as pessoas, não é só a APA é um milhão de pessoas que estão ali. Se começar uma linha de transmissão hoje, uma estrada amanhã, e daí secou o banhado vão ter que mudar mais de um milhão

de pessoas daqui ou então buscar água não sei aonde, porque até a Lagoa do Casamento já está poluída. E o custo disso? É preciso pensar isso, ainda bem que tem uns loucos para pensar nisso. **Rafael Goelzer** – uma das questões que temos que ver é que a geração da energia sendo eólica ela diminuiu a função que existe grande no Estado em termoelétrica. A cinco anos atrás nós estávamos aqui no conselho discutindo o EIA-RIMA dentro da APA para extração de carvão a céu aberto. Tem certeza que extração de carvão a céu aberto é muito mais impactante que uma linha de transmissão. Estamos perdendo tempo não tendo linha de transmissão para emendar a nossa rede com uma produção mais verde uma produção mais sustentável que temos hoje no estado do Rio Grande do Sul. **Denise Machado** – teríamos ganhado muito tempo se quando pedimos alternativa locacional e tivesse vindo. Não tivemos alternativa locacional e apontou no mapa as três alternativas. Colocamos essa questão a bastante tempo atrás, daria tempo de enviar uma proposta que fosse viável que a gente pudesse analisar. O empreendimento certo no lugar errado esta errado. Temos que pensar que energia limpa é da forma certa no lugar certo. Não adianta pensarmos que estamos gerando energia limpa e gerando um impacto imenso. Tivemos uma série de problemas com aquela outra linha que foi instalada lá embaixo inclusive em áreas de banhados um pouquinho menores imaginem isso na região de banhado que é o coração da APA do Banhado Grande. **Sandra Berto** – estamos discutindo o que é mais sustentável e o que não é tão sustentável, mas houve um estudo segundo o representante da empresa que até partiu do governo ou de órgãos ambientais do governo. Então um estudo que partiu de órgãos ambientais do estado se presume que tenha algum fundamento que tenha sido embasado em algum conhecimento. Se ele ainda não estiver totalmente embasado em conhecimento, bom ainda falta o plano de manejo para a gente conhecer as potencialidades os riscos, já partiu de algum estudo não partiu do nada. Se deveria ser feito outra proposição, se esta partiu dos órgãos ambientais achamos que qualquer outra negociação também poderia ser feita da mesma forma. Além de tudo isso neste caso ou em todos os casos, as ações que são implementadas elas cortam municípios que também tem seus planos ambientais, também tem suas proposições e também tem seus planos diretores e que também não são consultados na maioria das vezes. Há que se fazer sim um trabalho conjunto, mas a fim de que se propicie a solução das coisas. Porque se precisamos de energia se precisamos viver de algum jeito essa energia vai ter que ser transmitida essa energia por água, por terra por ondas, virtualmente, vamos ter criar um novo sistema se temos que proteger todas as potencialidades do ambiente e esse é o critério para avaliarmos o que é realmente importante a ser preservado. Essa conversa tem que se estender um pouco mais, estamos nos atendo muito a detalhes e temos que ampliar a conversa. **Tânia Peixoto** – pediu uma correção: não existe coisa sem importância dentro do banhado. **Sandra Berto** – não quis dizer que existem coisas sem importância, daqui a pouco até o ser humano que esta lá na plantação de arroz é dispensável. **Paulo Muller** – estávamos a pouco tempo discutindo como vamos conseguir a verba do plano de manejo, todos os

governos tem o costume de boicotar. Pegam o dinheiro que estava lá colocam em outro lugar e não sai o plano de manejo. E ainda temos que ouvir o rapaz dizendo que os ecologistas, ambientalistas trancam tudo, são contra o progresso. Alguns conselheiros disseram que não entenderam desta forma, mas o conselheiro Paulo Muller disse que ele entendeu assim e vai colocar dessa forma. A pior coisa é fazer a coisa certa no lugar errado. A questão é que dentro da área da APA tem área de banhado, mas tem área que passa a Free Way, tem área que tem polos industriais, lavouras enfim. Gravataí foi um dos primeiros lugares do RS que teve uma das primeiras lavouras de arroz, isso para nós é um orgulho. Agora se colocar lavoura de arroz dentro do banhado aí vai dar problema. A importância da APA é conjugar todas essas questões e para que se consiga fazer a coisa certa no lugar certo. Banhado é uma área de preservação total dentro da APA, mas nem toda APA é banhado. **Lisandro Signori** – a pressão por mais energia é muito grande então essa linha de transmissão ela vai acabar acontecendo, parece que a questão aqui é estudar o lugar mais preciso. Lembrando o relato da Denise Machado, houve um descaso dos órgãos ambientais ao projetarem a linha não terem apresentado alternativa nesse primeiro traçado. Pode ser feita a manifestação do Conselho no sentido de que eles levem um pouco mais a sério a questão da autorização da APA BG e que a gente comece a estudar um pouco essa assunto inclusive os impactos dessa linha. Podemos ir estudando a linha da Força dos ventos que é aquela que já foi aprovada há um tempo atrás, vendo o que esta acontecendo ali. Falou sobre energia eólica e citou o exemplo da Alemanha com relação a energia solar que é a mais limpa. **Denise Machado** – entendeu que haverá um grupo de estudo para a avaliar todos os traçados que a Eletrosul esta propondo, tinham dito que era um, agora são quatro e vão afetar a vida de seres vivos em geral inclusive o ser humano e com certeza vamos ter que avaliar isso juntos considerando a APA como unidade de uso sustentável. E falou que sempre que possível vai tentar trazer isso para esse fórum aqui para conversarmos sobre essas possibilidades e alternativas para que finalmente o empreendimento certo esteja no local certo. **Lisandro Signori** – falou que como não foram apresentadas alternativas a esse traçado que o conselho possa fazer uma prévia com a Eletrosul devido a importância do assunto que seja levado a sério. **Aurici Azevedo** – perguntou se a Denise teria alguma outra sugestão. **Denise Machado** – a informação que me chegou é que seria criado esse grupo de trabalho então a solução é acompanhar esse processo. **Aurici Azevedo** – sugeriu que o conselho acompanhe esse processo dessa câmara temática. Falou que é importante que as informações cheguem ao conselho até porque são processos que vão ter EIA-RIMA que obrigatoriamente terão que passar pelo conselho. Denise Machado pergunta se podemos passar para a próxima pauta, os conselheiros concordaram.

#### **Pauta 5 – Parcelamento de solo industrial em Glorinha próximos as remanescentes de banhado;**

**Denise Machado** – falou que novamente convidou a empresa de consultoria ambiental para vir apresentar e eles não vieram. Sugere que deixe essa pauta para a próxima reunião e os conselheiros concordam. Ficou de encaminhar por e-mail o resumo para os conselheiros.

#### **Pauta 6. Assuntos Gerais**

**Aurici Azevedo** – ficou de enviar para os conselheiros a pauta que é o plano municipal de educação ambiental que será encaminhado para a câmara de vereadores e gostariam de ter o apoio do conselho. Pauta será discutida na próxima reunião.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Denise Machado encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu Ana Paula Ribeiro lavrei a presente ata.